



Arquivo

“O esquema transformou-se em realimentador da inflação”

# Expurgo da correção, sugestão de Simonsen

Da sucursal do  
RIO

O atual esquema de correção monetária transformou-se num incômodo realimentador das taxas inflacionárias e, conseqüentemente, é hoje o principal responsável pelas altas taxas de juros e pela estagnação da economia. Com base nesse raciocínio, o ex-ministro do Planejamento do governo Geisel, Mário Henrique Simonsen, vem propondo a desindexação de todos os ativos financeiros, sem exceção, ou seja, adotar-se um expurgo da correção monetária, tanto no INPC — Índice Nacional de Preços ao Consumidor — quanto no IGP — Índice Geral dos Preços.

Para Simonsen, esse expurgo deve ser feito de forma clara para que todos os estratos sociais saibam quais as regras do jogo e não de maneira sub-reptícia. Esse expurgo, ou desindexação, como ficou na moda ultimamente, não significa o fim das três correções, em torno das quais gravita nosso sistema de preços: a monetária, a cambial e a salarial. Da mesma forma, não significa um congelamento de salários, preços administrados e taxas de câmbio.

Entende Simonsen que, enquanto a inflação não baixar para um piso de 20% ao ano, teremos de conviver com algum mecanismo automático de reajustamento das prestações contratuais. Na opinião de Simonsen, por desindexação deve entender-se a desvinculação entre as correções automáticas e os índices usuais de preços, como o INPC e o IGP. Esses índices incorporam choques de preços causados por desvalorizações cambiais, corte de subsídios e aumentos de impostos indiretos que não devem ser repassados nem aos rendimentos nem aos ativos financeiros.

Como exemplo, mostra Simonsen que a conta-petróleo está hoje subsidiada em Cr\$ 4 bilhões diários, exatamente o maior item da nossa pauta de importações. Mas cortar esse subsídio provocaria uma alta corretiva de preços, porque os derivados de petróleo pesam sobre todos os setores da economia. Essa inflação corretiva, pela atual indexação da economia, se transformaria em inflação permanente.

Com isso, quer dizer o ex-ministro que o governo eliminaria o subsídio, a alta do petróleo provocaria uma taxa a mais de inflação que seria repassada para toda a economia e devolvida ao consumidor, mediante maiores salários, maiores rendimentos em cadernetas, letras de

câmbio, aluguéis, enfim, todos os rendimentos. Assim, a alta de um produto que deveria ser racionado ao consumo, mediante um preço maior, no caso o petróleo, é neutralizada pela atual indexação e o consumidor acaba recebendo mais cruzeiros para continuar comprando sua gasolina.

## DÍVIDA PÚBLICA

A dívida pública interna está em Cr\$ 10 trilhões. Com o atual índice de inflação, essa cifra subirá para Cr\$ 22 trilhões no final do ano. Apenas esse acréscimo de Cr\$ 12 trilhões já supera o déficit pactuado entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional para 1983, de aproximadamente Cr\$ 8,3 trilhões. E como insiste o FMI, a correção monetária dessa dívida é despesa do governo federal e, portanto, um foco de déficit. Em suma, no sistema atual, estanca-se uma fonte do déficit sangrando-se outra.

Para corrigir essa situação, Simonsen propõe uma fórmula em que a correção monetária seja baseada apenas na expansão dos agregados monetários, expurgando-se do IGP e INPC essa inflação corretiva, ou seja, os impostos indiretos, os produtos importados e subsídios. As ORTN seriam determinadas por esse IGP expurgado e todos os salários seriam reajustados na proporção das ORTN. Os aluguéis, hoje amarrados a 90% do INPC, seguiriam a mesma regra.

## OS SALÁRIOS

Simonsen faz severas críticas à política salarial. Acha que o INPC é um índice tecnicamente inadequado aos reajustes automáticos e que, pior ainda, é reajustar alguns salários acima, outros abaixo do INPC, como se a distribuição de renda fosse um problema a resolver apenas no grupo dos assalariados, como se a velocidade de redistribuição devesse depender da taxa de inflação.

Para os assalariados de renda mais baixa, Simonsen diz que poderia ser concedido um bônus de 4% ao ano, além das ORTN, mas, em qualquer hipótese, esse bônus deveria exprimir-se como um ganho real independente da taxa da inflação. Quanto ao espaçamento dos reajustes, sua opinião é de que deveria abolir-se “a semestralidade, um tabu sem significado social”. Numa primeira fase, os salários seriam reajustados sempre que houvesse um aumento de 40% das ORTN. À medida que a inflação fosse baixando esse percentual também o seria, mas nunca mais medido em meses e, sim, em percentuais inflacionários.